

ALDEAMENTO: UM DISPOSITIVO PARA O EXERCÍCIO DO PODER EM SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Joice Bernaskiⁱ

Oseias de Oliveiraⁱⁱ

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir a construção do aldeamento de São Jerônimo da Serra, situado no Norte do Paraná, fundado em 1857. Propomos abordar as ramificações de poder, que ocasionaram a consolidação do processo de colonização, para tanto usaremos dos subsídios conceituais de estratégias e táticas formulados por Michel de Certeau. Neste sentido, almejamos refletir sobre como os colonizadores fizeram uso de estratégias e táticas, nas violentas injunções de dominação durante o processo do aldeamento. E, ainda, destacaremos como o ameríndio também usufruiu dessas práticas, em legítima defesa.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização; Estratégias; Indígenas; Poder; Táticas

ABSTRACT: This paper aims to discuss the construction of the village of São Jeronimo da Serra, located in northern Paraná, founded in 1857. We propose to address the ramifications of power, which led to the consolidation of the colonization process, therefore we will use the conceptual subsidies strategies and tactics formulated by Michel de Certeau. In this sense, we aim to reflect on how the settlers made use of strategies and tactics in violent injunctions of domination during the process of settlement. And yet, as we will highlight the Amerindian also enjoyed these practices, in self-defense.

KEYWORDS: Colonization; strategies; indigenous; power; tactics.

Introdução

A origem do aldeamento de São Jerônimo da Serra encontra-se imbricada de um poder relacionado ao processo de colonização do Brasil, que teve suas ramificações, com eventos ocorridos na Europa, em tempos anteriores. Os conceitos de Michel de Certeau relacionados a estratégias e táticas, envolvendo o poder, permitem pensar com certa clareza as relações de poder, entre colonizadores e indígenas.

O processo de colonização alastrou-se por anos no Brasil, e vários governos usaram de estratégias como o estudo e a organização de dispositivos para consolidar esse processo, engendrando inúmeras leis, que justificassem essas práticas, auxiliados também pelo campo religioso, principalmente com os Jesuítas, que tinham autonomia para exercer a catequização. Posteriormente, outros

religiosos contribuíram com a propagação da colonização, como os franciscanos, ligados a uma forte noção de “civilização”. Uma das principais estratégias, empregada pela Coroa, foi a fundação de vários aldeamentos, estabelecidos em outras partes do território.

É importante pensar nas estratégias empregadas pelos colonizadores para a efetivação do aldeamento, e diante disso, compreender quais foram as táticas usadas pelos indígenas em sua defesa, ou seja, como essas práticas se articularam entre si. Nesta perspectiva, vamos refletir como essas práticas eram vividas, no cotidiano do aldeamento de São Jerônimo da Serra, articulando o processo de ocupação das terras e ampliação das fronteiras territoriais imperiais portuguesas, com todos os seus aparatos e dispositivos.

O poder, dispositivo de dominação

Considerando que a história é móvel, transforma-se, produz outros sentidos e novas perspectivas; as concepções, assim como o homem, e suas múltiplas percepções têm o poder de se propagar, ou seja,

o primeiro que, ao cercar um terreno, teve a audácia de dizer isto é meu e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores teriam poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas e cobrindo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Não escutem a esse impostor! Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e as *terras* é de ninguém. (NEVES, 2008, p. 12).

Podemos encontrar neste discurso, que antes o homem não exercia poder sobre os outros. Mas, a partir do momento que o primeiro homem delimitou sua fronteira de circulação, discursando que isso era “dele”, marcou a sociedade naquele momento como: uma sociedade dominatória, exploratória, exercida pelo poder em todos os campos ramificados, que a mesma abrange.

Cabe ressaltar que o poder é algo que expressa contundência, ou seja, é forte, manifesta persuasão, é perspicaz. Primeiramente é necessário conhecer a etimologia da palavra poder:

que vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, “ser capaz”; “autoridade”. Dessa forma,

na prática, a etimologia da palavra poder torna sempre uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle, regulação etc. (FERREIRINHA, RAITZ, 2010, p. 2)

Então poder é algo que domina, demarca espaço, lugar, impõe suas diretrizes, controla, regulamenta, tutela, isto é, esquadrinha um espaço, o torna legítimo, consagra em função de sua competência, delegando assim, “isto é meu”. Esta expressão pode ser aplicada para compreender todo o processo de ocupação das terras indígenas, exercida pelos portugueses e seus remanescentes. Visto que, o elemento terra, está como principal objeto de riqueza, no exercício de dominação.

Os indígenas (considerados dentro de uma denominação genérica pejorativa, produzida pelo não indígena, para generalizar os nativos que compreendiam o território americano), não tinham essa noção de propriedade privada e individualidades. Os ameríndios já haviam desenvolvido todo um sistema de poder que imperavam em suas sociedades. Possuíam sua forma hierárquica de organização social, haviam concebido a distinção entre “eu” e “eles”, e esta percepção engendrava os conflitos entre essas populações existentes. Já haviam acumulado capital cultural, religioso e social. E este capital, era responsável por propiciar a autonomia do poder, ou seja, o poder já se fazia presente, e o mesmo pode ser compreendido em sua dualidade, como algo negativo e positivoⁱⁱⁱ.

O poder pode ser exercido nas variadas ramificações sociais e “Foucault discorre que as relações de poder postas, pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela disciplina” (FERREIRINHA E RAITZ, 2010, p.3). Ou seja, o poder está disseminado em todos os espaços sociais. É claro que Foucault estudou as questões relacionadas ao poder no século XX. Mas, podemos utilizar o pensamento desse autor, para pensar essa problemática da colonização, que nada mais era do que a injunção de poder, em detrimento do ameríndio. Visto que, o poder escapa, entra, desloca-se por todos os ambientes sociais. E, na medida em que dois lados opostos se encontram, ocorre o embate, a disputa de forças, nas quais as regiões se estabelecem.

Segundo Inés Dussel (2004, p. 51): “para Foucault, o poder precede ontologicamente a qualquer outro fenômeno. O poder não se exerce de cima para baixo, mas opera através de ramificações capilares e reticulares”. Neste sentido, podemos entender que esta prática do poder, é inerente ao homem, do qual o mesmo usa para dominar, e além do mais, está permeado em todos os campos

sociais, atingido até os orifícios capilares.

Estratégias e táticas: um jogo de poder

Podemos considerar que a colonização foi uma prática que se utilizou de estratégias e táticas, tal como pontuou Certeau:

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica), pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito de *algo próprio* e ser a base de onde se pode gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc) (CERTEAU, 1994, p. 99).

Uma definição de estratégia segundo Certeau pode ser entendida como:

O próprio é a vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo. (MICHEL CERTEAU, 1994, p. 99).

325

Diante dessa definição, o processo de colonização buscava esquadrihar as terras indígenas, tomá-las para si, impor e dominar, delinear as linhas do jogo, legitimar aquela ordem. Como abordado por Certeau, na citação acima, é preparar expansões futuras, ou também, é o domínio do tempo, pela fundação de um lugar autônomo. Na fundação e consolidação do processo de colonização das terras indígenas no Brasil ocorreu o uso de estratégias, empregadas pelos colonizadores, para sua afirmação. Essas práticas foram calculadas, imbuídas de procedimentos, mecanismos que contribuíram para consolidação desse processo. A estratégia era uma forma de ordem, ou seja, era um lugar do poder de normatizar, ingerir hierarquização, esquadrihar um espaço, torná-lo em lugar, deixá-lo fixo, imóvel, cômodo.

Mas, como um o jogo, no qual quem não está no comando tenta se impor por meio de táticas, os indígenas fizeram uso das mesmas, ao resistirem a presença civilizadora do não-indígena. Para Certeau, a tática é “a ação calculada que é determinada pela ausência do próprio [...], é o movimento 'dentro do campo de visão do inimigo', e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 1994, p. 100). É o espaço

do outro, é a improvisação, é móvel, enfim, é a arte de dispor de astúcia.

Neste cenário, percebemos a dualidade, de um lado o indígena, com toda sua cultura diferenciada em seus costumes, hábitos, religiosidade, enfim, sua organização social que permitiram aos mesmos a soberania dos seus territórios por séculos. Todas as práticas culturais que propiciavam sua vida social, distribuída por várias etnias, e cada uma, eram subsidiadas por adereços culturais inerentes aos seus integrantes. Do outro lado estava o não-indígena, marcado pela ambição de angariar posses no espaço do outro. Para o índio, o europeu era um inimigo a ser combatido, por meio de ataques, de manipulação, no fingir de uma aceitação passiva, que outrora era combatida. Se tática é a ação calculada, então, o indígena avaliava suas ações de defesa no momento certo e muitas deram certo, outras nem tanto. Como tática também é o movimento dentro do campo de visão do inimigo, ou seja, o inimigo estava dentro do campo do indígena que já era todo demarcado, esquadrinho por si, no seu espaço controlado.

Como ressalta Certeau “as estratégias subvertem o lugar em espaço, e as táticas subvertem o espaço em lugar” (CERTEAU, 1994, p. 56). Isto é, o colonizador estava subvertendo o lugar em espaço, já consolidado pelo ameríndio para torná-lo o seu, porque não reconhecia o lugar do indígena. Para o não-indígena aquele era um espaço, no qual deveria ser consagrado a sua verdade. E, ainda, a estratégia é um ponto fixo no qual se deseja conservar a ordem, não visava mudança, isto é, o colonizador não almejava adquirir preceitos da cultura indígena, mas, impor e conservar a sua ordem. Do lado oposto estava o indígena, que se encontrava dentro do seu lugar, já organizado e estabelecido numa sociedade, que perturbava, desorganizava o lugar que o colonizador estava construindo, tornando-o um espaço, ou seja, a tática usada pelo ameríndio era a de transformação; assim, eles desejavam expulsar o colonizador das suas terras.

Esse conjunto de práticas, que são as estratégias e as táticas, podem ser aplicadas não somente para pensar essa dualidade entre colonizador e indígena mas, também, outros campos sociais, como a política, a economia, a religião, etc. E ainda, nas mais diversificadas temporalidades. Estes conceitos promovem a transgressão, subversão do lugar em espaço e do espaço em lugar. Pois, assim como estratégia está para lugar, tática está para espaço.

O poder se expressou o tempo todo, ora pendia para o lado que as forças se somavam com maior intensidade. E ainda, se apresentou tanto nas estratégias,

como nas táticas, pelo fato de que o poder se afirma, embora, esteja diminuído nas táticas, ele está no jogo, na disputa, no conflito.

Apropriação das Terras Indígenas pelo colonizador

Os aldeamentos eram uma estratégia, um dispositivo para consolidar o projeto de colonização. Estes podem ser compreendidos como um reduto do espaço indígena, no qual, se limitava a liberdade, exaurindo aspectos culturais, impondo o domínio da cultura europeia. O plano do aldeamento:

foi essencial para o objeto de colonização. Afinal, os índios aliados eram indispensáveis ao projeto, pois além de comprar as tropas militares, eles deviam ocupar os espaços conquistados e contribuir, como mão de obra [...], eram entendidas como simples espaços de dominação sobre os índios que, submetidos às novas regras, perdiam suas culturas e identidades, anulavam-se enquanto atores sociais e saíam da nossa história. (CELESTINO e ALMEIDA, 2010, p.71).

Além do português ocupar as terras indígenas, anulavam a cultura do ameríndio e tomavam posse do corpo, para obtenção da mão de obra e transformação destes em súditos. Anterior ao período do século XIX, tivemos os jesuítas, num processo de civilização e catequização. O campo religioso foi um dos principais contribuintes para restringir o espaço do ameríndio, ou seja, o aspecto religioso se misturava, nesta política de aldeamento. No entanto, a autonomia no processo de catequização dos índios sofreu um revés durante a administração do Marques de Pombal, o qual com sua proposta assimilacionista tinha o “objetivo (de) transformar as aldeias em vila e lugares portugueses, e os índios aldeados em vassallos do Rei” (CELESTINO e ALMEIDA, 2010, p. 108).

Foram vários aventureiros que passaram pelo território localizado no atual Norte do Paraná, onde encontra-se São Jerônimo Serra. Os colonizadores projetaram formas de demarcar, esquadrihar as terras indígenas, estudando estratégias para colonização e, no entanto, este processo foi concluído nos fins do século XIX e início do século XX. O processo de colonização se travou por séculos. Desde o momento em que se engendraram estratégias de ocupação das terras indígenas, no subtrair das riquezas do solo, no utilizar a mão de obra indígena, no estabelecimento dos aldeamentos, no delimitar das fronteiras do Brasil com países vizinhos, e ainda entre os Estados, que antes eram províncias, importando a mão de

obra, e, posterior a este processo, a introdução dos emigrantes.

Segundo Mota, “em 1812, o fazendeiro José Félix da Silva, comandou uma expedição para descobrir o que havia no vale do rio Tibagi” (MOTA, 2000, p. 116). Percebemos que, gradativamente, os espaços da região eram percorridos, pois aos poucos, a máquina da colonização impulsionava os sertões, com os vários aventureiros que percorriam aquelas paragens. No século XIX, uma personagem recorrente na região era o rico negociante de gado dos Campos Gerais, Barão de Antonina: João da Silva Machado, o qual paulatinamente, ascendeu socialmente, e acumulou conhecimento, experiência para atuar no comércio, iniciando o processo de dominação do vasto território de Tibagi. Na década de 1840, com auxílio de John H. Elliot e José Francisco Lopes, em uma das suas expedições: “no dia 15/9/1846, eles chegaram ao rio Apucarana, nas fraldas da Serra [...], distante a oito a nove léguas a nordeste na margem ocidental do rio Tibagi” (MOTA, 2000, p. 117). Com as expedições patrocinadas pelo Barão, as terras eram percorridas, atingindo-se desta forma, o objetivo de João da Silva Machado, que assim, “abria-se caminho de Curitiba ao Mato Grosso”(MOTA, 2000, p. 117). Os aventureiros, “no dia 4/12/1846, chegaram nos campos de Inhoó, que denominaram de São Jerônimo, e concluíram que eles eram suficientes para as instalações que o Barão projetava” (MOTA, 2000, p. 118). Esta expedição atingiu o território que, depois, ficou conhecido como São Jerônimo da Serra, mas antes de ser fundado como aldeamento, era uma fazenda do Barão, entre tantas outras.

Assim, o aldeamento de São Jerônimo da Serra foi fundado “em 17/06/1859, por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império” (MOTA, 2000, p. 119). Os aldeamentos fundados neste período, eram legalizados conforme:

O regulamento das Missões, promulgado em 1845, é o único documento indigenista geral do Império. Detalhado ao extremo, é mais um documento administrativo do que um plano político. Prolonga o sistema de aldeamento e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios”. (MANUELA CARNEIRO DA CUNHA, p. 139)

Esta foi uma das principais leis que regulamentou os aldeamentos naquele período. Sobre essa jurisdição, vários foram os aldeamentos estabelecidos no Governo Imperial. As terras que contemplavam os aldeamentos eram alvo de conquista de pessoas que estabeleciam afetivas relações com o governo e, assim, recebiam “carta branca” para ocupar as terras indígenas. Num momento posterior

cediam ao Governo Imperial, parte delas, para a fundação de aldeamentos. Como podemos perceber no documento de doação das terras do Barão de Antonina cedidas, para a fundação do aldeamento São Jerônimo da Serra:

Certifico em cumprimento do despacho da Sua Exa Doutro Presidente da Província, exarada no requerimento retro, que revendo as avisos do Ministério do Império do anno de 1859, em d'elles encontrei o termo da doação em que allude o referido requerimento, cujo termo assim conciliado, digo concedido. Termo de doação e transferência de propriedade que de sua fazenda de S. Gerônimo faz ao governo Imperial o Barão da Antonina. Aos vinte um dias do mês de junho de mil oitocentos e cinquenta e nove, n'esta repartição Geral das terras públicas presentes o Diretor Geral interino da mesma Dr. João Manoel Pereira da Silva, compareceu o Barão de Antonina, e disse que entre os bens de que é senhor e possuidor, o é também de uma fazenda denominada S. Gerônimo em abundantes terras de cultura. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, p. 58, 1877).

Com a fundação do mesmo, paulatinamente, o plano de dominação, cumpria seu escopo, pois, a colonização era uma máquina, estabelecida durante séculos no Brasil, em cada momento, era delineado por vários dispositivos, entre eles a política indigenista, que abrangia uma legislação diferencial para cada época. Diante disso, muitas pessoas estiveram envolvidas, neste processo de dominação das terras e expansão das fronteiras.

É importante mencionar que entre os atores sociais nomeados para o funcionamento do aldeamento, estavam: “o cidadão Joaquim Francisco Lopes, para provisoriamente dirigir a citada aldêa [...], o frei Mathias de Gênova para os trabalhos religiosos. Ao engenheiro Elliot recomendei o levantamento da planta da propriedade doada” (MOTA 2000, p. 121). Como podemos perceber, Lopes foi o primeiro diretor do referido aldeamento, antes de ocupar esta função, trabalhou para o Barão, percorrendo os sertões. O religioso Mathias de Gênova foi nomeado como frei, para exercer as atividades de civilização e catequização em função do aldeamento nos primeiros anos, pois, a participação dos religiosos fazia parte do plano de colonização: “A província de São Paulo contratou alguns Missionários Capuchinhos para o serviço da catequese previsto pelo Regulamento das Missões” Souza (2012, p. 164). E, em meados de 1860 a administração passou a cargo do frei Cimitile.

O engenheiro norte-americano Elliot, percorreu os vastos sertões que ainda não haviam sido demarcados, pela divisão de fronteiras entre Portugal e Espanha. Este personagem, antes de conhecer o Barão, foi integrante da Armada Imperial e

participou de um conflito contra a independência da região Cisplatina. Posteriormente, quando fez uma incursão no Rio de Janeiro:

onde conheceu João da Silva Machado, o Barão de Antonina, com o qual trabalhou em expedições exploratórias de sertões no Sudeste do Império [...], cujo objetivo era estabelecer uma via de comunicação entre as províncias do Sul com a do Mato Grosso através dos vales dos rios Tibagi e Paranapanema. (CATÁLOGO SELETIVO DE DOCUMENTOS, p. 23)

Elliot ganhou prestígio, tornando-se parceiro dos projetos do Barão e do Império, na sequência, desempenhou uma função no aldeamento como ajudante e piloto.

Cotidiano do Aldeamento de São Jerônimo da Serra

Refletir sobre os acontecimentos de qualquer período é um exercício árduo e meticuloso. Metaforicamente, pode ser comparado a uma colcha de retalhos, na qual, gradativamente, os retalhos são costurados e encaixados, compondo o todo. Assim, é pesquisar, é pensar a História, na qual os fatos são sobrepostos uns aos outros, de forma a oferecer sentido; e, aos poucos as lacunas são fechadas. Então, discutir sobre a função e os acontecimentos de São Jerônimo da Serra, nos remete a costurar os fatos ocorridos naquele momento. Deste modo, é um reconstruir das cenas apresentadas pelos seus agentes históricos, que desempenharam seus próprios interesses, por meio das ações praticadas; transformando o lugar, e dando outro sentido, no exercício do seu poder.

O colonizador não-indígena exercia poder de dominação em detrimento dos indígenas. O reduto do aldeamento denotava restrições das terras, e apropriação dos seus corpos:

Um dos primeiros grupos de índios deslocados para esse aldeamento foi o do cacique Aropkimké, num total de 78 Kaingang. No início de 1860, J. F. Lopes foi a Curitiba com mais 32 Kaingang para receberem presentes; lá prometeram levar para São Jerônimo um grande número de Kaingang. (MOTA, 2000, p. 121)

Gradativamente, os indígenas começaram a ser reduzidos naquele espaço, embora, no início fossem poucos, com o tempo o contingente populacional aumentou. Podemos perceber que prevaleciam os Kaingang, como integrantes

daquele espaço, num primeiro momento. No dia 14 de abril de 1860, “o diretor Lopes, informou que, chegou no aldeamento que dirige, acompanhado de índios e africanos” (CATÁLOGO SELETIVOS DE DOCUMENTOS, 1853-1870, p. 108). Notamos que este aldeamento também era composto por africanos escravizados. Ademais, o aldeamento também era contemplado com a presença dos Coroados, pois, o administrador Lopes “comunica que os índios Coroados continuam chegando no aldeamento” (CATÁLOGO SELETIVO DE DOCUMENTOS, 1853-1870, p. 109). O respectivo espaço integrava vários agentes sociais em suas múltiplas condições de identidade étnica.

Em outro ofício, elaborado no dia 16 de abril de 1860, por Lopes, este “comunica que Frutuoso Antônio de Moraes Dutra foi até Castro (PR), porém voltou sem nada, alegando que nenhum negociante quis vender sem garantia de pagamento” (CATÁLOGO SELETIVO DE DOCUMENTOS, 1853-1870, p. 112). Aos poucos, este aldeamento ganhava dimensões maiores, necessitando de melhorias, bem como de manutenção e, principalmente, de abastecimento.

Por meio da documentação, percebemos que as dificuldades econômicas aumentavam. Havia interesse abundante, por parte do Governo e de outras pessoas, em ocupar terras indígenas, reduzindo seu espaço. Porém, os aldeamentos não possuíam subsídios financeiros suficientes, para sua manutenção. Enquanto a condição financeira foi reduzida, o espaço do indígena também, e o jogo estava sendo jogado.

O diretor Lopes, se dirigiu à Curitiba, “pedir demissão do cargo, que ocupa; solicita, por fim, algumas famílias de índios 'mansos' para o aldeamento que dirige” (CATÁLOGO SELETIVOS DE DOCUMENTOS, 1853-1870, p. 113). Então, o cenário da vida do cotidiano no aldeamento, possuía algumas adversidades e problemas, o reivindicar por índios “mansos”. Então, parte dos ameríndios que estavam concentrados no aldeamento, ainda, não compartilhava das características essenciais para o “bom” funcionamento do aldeamento, como a absorção dos preceitos religiosos e assimilação da conduta civilizatória. Ainda, sobre a vida cotidiana naquele espaço, Lopes, enviou um ofício ao presidente da Província, José Francisco Cardoso, reivindicando um intérprete para os índios Coroados, que auxiliasse na comunicação com os mesmos.

Entre todas essas necessidades e solicitações para a sobrevivência no aldeamento, também se faziam necessários o cultivo de alguns alimentos, o

administrador Lopes, “justifica o seu pedido de 250 alqueires de milhos para o aldeamento que dirige” (CATÁLOGO SELETIVO DE DOCUMENTOS, 1853-1870, p. 112).

Haviam duas possibilidades de conseguir alimentos; a primeira era comprando-os, de pessoas exteriores do aldeamento, por meio de recursos do Governo, e a segunda, se dava através do cultivo de alimento dentro do próprio aldeamento, como afirma Mota: “O presidente Nogueira informou que em 1862 haviam sido plantados nesse aldeamento 18 alqueires de milho, feijão, arroz, mandioca e outros produtos” (MOTA, 2000, p. 122).

Existia também a necessidade de edificação das estruturas físicas no interior do aldeamento, tal como destaca Mota: “havia sido construídos um paiol de madeira, uma casa de 50 palmos de frente por 16 de fundos para acomodação dos índios, um monjolo e 6 léguas de estrada em direção a fazenda Fortaleza” (MOTA, 2000, p. 122). Estas eram as estruturas construídas nos primeiros anos do aldeamento. Porém, os índios aldeados ainda eram poucos, em comparação aos que se encontravam dispersos pelos sertões. Para convencê-los a entrarem no aldeamento e reduzi-los, empregavam-se algumas estratégias, como o oferecimento de presentes.

Muitos ameríndios chegaram a ser pensados como vítimas do processo de colonização, no entanto, cada indivíduo ou grupo é agente da sua história, agindo conforme os próprios interesses e transformando o lugar, no qual habita. Neste sentido, os indígenas tinham sua cultura, sua organização social, ou seja, seu modo de vida, e agiam e se estruturavam conforme suas necessidades sociais. Desta forma, muitos índios resistiam, apenas circulavam pelo aldeamento de São Jerônimo da Serra, à medida que este apresentava interesse:

os índios continuavam sua vida costumeira, confirmando as previsões do presidente anterior, que disse não acreditar nas promessas de que todos iriam morar no aldeamento. Para conclusão de Nogueira, os Kaingang estavam apenas interessados nos benefícios que o aldeamento poderia lhes propiciar, confirmando a ideia de que o que interessava aos índios os aldeamentos eram as vantagens, os proveitos que dele podiam usufruir. (MOTA, 2000, p. 122)

As estratégias oferecidas pela administração do aldeamento não convenciam a todos os indígenas de irem morar no aldeamento, muitos circulavam naquele espaço, apenas, em busca de benefícios próprios, então, ora, estes indígenas

estavam aldeados, ora, estavam “livres” pelos sertões. Estas eram táticas empregadas pelos indígenas em defender seu território.

Nesta perspectiva, as condições de vida dos ameríndios daquela região, onde estava localizado o aldeamento de São Jerônimo da Serra, variava conforme, como cada índio estava inserido naquele momento, na perspectiva do não indígena, ora civilizado, ora, semimanso. Então, pensar as reais condições dos aldeamentos, denotam muitas reflexões sobre a vida que se encenava naquele momento.

O presidente da província contabilizava subsídios financeiros, gastos com os aldeamentos da província do Paraná, no período posterior à lei de regulamentação dos aldeamentos estabelecidos em 1845, até os anos da década de 1860, segundo Mota: “em 1865, o presidente André de P. Fleury contabilizou as despesas dos aldeamentos indígenas na província durante os últimos dez anos [...], entre 1859 à 1864, os gastos atingiram 23:844\$749” (MOTA, 2000, p. 124).

Com o envolvimento do Brasil na guerra do Paraguai, as despesas com os aldeamentos foram reduzidas, “A partir de 1864, com o início da guerra do Paraguai, as despesas foram cortadas” (MOTA, 2000, p. 124). Na ocasião, o Presidente da Província do Paraná, Ermelino de Leão, também reduziu os gastos neste aldeamento:

Chegando ao meu conhecimento que o pessoal deste aldeamento compunha-se, além do diretor, de 1 feitor, 1 carpinteiro, 1 ferreiro 14 e trabalhadores, o que fazia subir a despesa mensal a 517\$000, além das instruções de 25 de abril de 1857, fosse o mesmo pessoal reduzido a 10 assalariados inclusive feitor e carpinteiro. Por aviso de 15 Outubro do ministério da agricultura foi extinto o logar. de administrador (PARANÁ, Governado p. 18, 1866).

Então, percebemos que os gastos com o aldeamento de São Jerônimo da Serra foram reduzidos, consideravelmente, com todos os cargos e funções desempenhadas no aldeamento naquele período. Estas foram algumas das estratégias utilizadas pelos colonizadores, exercendo seu poder para ocupação do espaço indígena, das quais os indígenas se defendiam com suas táticas. Essas práticas movimentaram a História, transformando a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde ao seu resquício mais longínquo de sociedade, o poder é intrínseco ao

homem. O mesmo é mais líquido que água, se deslocando por todos os orifícios sociais. A história é marcada por meio de jogos, e, essas, apreciam movimento, a cada jogada planejada da estratégia, com o cálculo minucioso de defesa da tática, ganha um movimento sentido, que o acumular de sucessivas jogadas, é a somatória das práticas que resulta na transformação social.

O jogo do processo de colonização, ocupação e dominação das terras estabelecidas para o Além-mar europeu persistiu por longos séculos, e foi reflexo de profundas transformações sociais, culturais, físicas, estruturais e econômicas. O poder que um homem exerce sobre outro, também fundamentou o aldeamento de São Jerônimo da Serra, no século XIX.

O aldeamento foi a somatória dos vários moldes estratégicos, lançados pelos colonizadores, em direção ao indígena, intencionando reduzi-lo em diminuto espaço. Desde o início desse projeto, pelos sertões, o colonizador estudava demarcá-lo, retalhá-lo em fazendas e reduzir o indígena num espaço sucinto.

O aldeamento foi o lugar estratégico, com um conjunto de práticas vivenciadas cotidianamente, que, em muitos casos, teve durabilidade de anos. O ameríndio resistia aos golpes da colonização, com suas táticas, incendiando casas, matando animais agropecuários, enquanto, alguns permaneciam no reduto, quando, o mesmo, oferecia benefícios. À medida que, este, não concedia mais provento, o indígena se deslocava para a mata. Tanto que, alguns freis, não acreditavam que um ameríndio em fase adulta, alcançaria os preceitos da civilização.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo de documentos referentes aos indígenas no Paraná Província : 1853 – 1870**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. Ofício. 1 jun. 1877, p. 58, (doc. Manuscrito).
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos Índios no Brasil**. Ed. São Paulo:

Cia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 2008. 2 Ed, Capítulo I.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Colônias indígenas do Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000, XII, 200p.

PARANÁ. Governador (1870 Leão), 5 nov. 1866, p.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Introdução de João Carlos Brum Torres. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SOUZA, Almir Antônio de. **Armas, Pólvoras e Chumbo: a expansão luso-brasileira e os índios do Planalto Meridional na primeira metade do século XIX**. Tese (Doutoramento em História Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

NOTAS

ⁱ Graduada em História pela Universidade Estadual Centro-Oeste - UNICENTRO, campus de Irati-Paraná. E-mail: joicebernaski@yahoo.com.br

ⁱⁱ Professor Doutor do Departamento de História - Universidade Estadual Centro-Oeste - UNICENTRO, campus de Irati-Paraná e do Programa de Pós-graduação em História - Universidade Estadual Centro-Oeste - UNICENTRO. E-mail: oseias50@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Negativo: no sentido que se impõe, domina, disciplina, esquadrinha, promove desigualdade, entre outros atributos. E positivo, na perspectiva que coloca a sociedade em movimento.